



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MEDIDA PROVISÓRIA N. 375, DE 2007.

Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

EMENDA N.

Suprimam-se o *caput* e os incisos do art. 2º da Medida Provisória n. 375, de 15 de junho de 2007.

JUSTIFICATIVA

Os reajustes propostos pelo governo federal por meio da Medida Provisória n. 375, por certo, não satisfazem, sequer minimamente, a uma política geral de valorização do serviço público brasileiro. Os gastos do Executivo com os cargos DAS (de livre nomeação e exoneração) vêm crescendo ano a ano. Até o momento, existem mais de vinte mil cargos dessa natureza na estrutura do Executivo, em clara oposição ao princípio constitucional do concurso público.

O curioso é que, ao majorar os valores pagos aos ocupantes dos cargos DAS, o governo federal cuidou de restringir o repasse desse aumento aos servidores concursados investidos nesses cargos. Nesse sentido, o benefício do reajuste para os servidores concursados é diminuído. Propomos, de outro modo, restabelecer o texto contido na Lei 10.470, de 2002, com o intuito de valorizar o serviço público e seus servidores efetivos.

Sala da Comissão, em _____ de junho de 2007.

Deputado MOREIRA MENDES
PPS/RO

